

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O AGRAVAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL: considerações acerca do governo Bolsonaro

*Aline de Carvalho Moura**
(UFRRJ, Brasil)

*Andreia Gomes da Cruz***
(UFRRJ, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v7i12.624>

Resumo: com base em uma pesquisa maior que consiste em um mapeamento sobre os conflitos institucionais Advindos das políticas impostas à educação durante os anos de 2019-2022, no governo de Jair Bolsonaro, este artigo problematiza como as desigualdades sociais foram expostas e acentuadas a partir das políticas educacionais implementadas pelos gestores à frente do Ministério da Educação. O objetivo é analisar as ações e as negativas do atual governo na apropriação de recursos da educação para os interesses privatistas e de mercado. Para realizar o embate proposto, foram analisadas 28 matérias *on-line* publicadas que apresentavam os conflitos de interesse entre o governo e as necessidades educacionais da população. Após a revisão sistemática do material empírico utilizado, argumentamos que as políticas educacionais do atual governo se alinham ao projeto neoliberal e se contrapuseram a ciência.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Desigualdade Social. Governo Bolsonaro.

* Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunta do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior e Pesquisa em Educação (ESPE/UFRRJ) e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Epistemologia e Metodologia das Ciências (Episteme/UERJ). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6186-605X> , e-Mail: licacmoura@hotmail.com

** Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua como Professora Adjunta do Departamento de Educação e Sociedade (DES) do Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde integra o quadro docente do Programas de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc). É Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior e Pesquisa em Educação (ESPE/IM/UFRRJ). Integra o Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX/UFRRJ). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3953-9199> , e-Mail: andreiagomes@ufrj.br

EDUCATIONAL POLICIES AND THE GROWING OF SOCIAL INEQUALITY: considerations about the Bolsonaro government

Abstract: based on larger research that consists of a mapping of the institutional conflicts arising from the policies imposed for education during the years 2019-2022, in the government of Jair Bolsonaro, this article problematizes how social inequalities were exposed and accentuated from the policies educational programs implemented by managers in the Ministry of Education. The objective is to analyze the actions and denials of the current government in the appropriation of education resources for private and market interests. In order to carry out the proposed clash, 28 published online articles were analyzed that presented conflicts of interest between the government and the educational needs of the population. After a systematic review of the empirical material used, we argue that the educational policies of the current government were aligned with the neoliberal project and were opposed to science.

Keywords: Educational Policies. Social Inequality. Bolsonaro Government.

POLÍTICAS EDUCATIVAS Y EL CRECIMIENTO DE LA DESIGUALDAD SOCIAL: Consideraciones sobre el gobierno de Bolsonaro

Resumen: a partir de una investigación mayor que consiste en un mapeo de los conflictos institucionales derivados de las políticas impuestas a la educación durante los años 2019-2022, en el gobierno de Jair Bolsonaro, este artículo problematiza cómo se expusieron y acentuaron las desigualdades sociales a partir de las políticas programas educativos. implementado por los directivos al frente del Ministerio de Educación. El objetivo es analizar las acciones y negaciones del actual gobierno en la apropiación de recursos educativos para intereses privados y de mercado. Para llevar a cabo el enfrentamiento propuesto, se analizaron 28 artículos publicados en línea que presentaban conflictos de interés entre el gobierno y las necesidades educativas de la población. Luego de una revisión sistemática del material empírico utilizado, argumentamos que las políticas educativas del actual gobierno estuvieron alineadas con el proyecto neoliberal y se opusieron a la ciencia.

Palabras clave: Políticas Educativas. Desigualdad Social. Gobierno de Bolsonaro.

Introdução

No Brasil, as mudanças políticas vêm se materializando em um contexto marcado pela relativização e negação de direitos básicos como educação, saúde e segurança, aumentando o abismo de classe e assegurando uma condição de subalternidade da classe trabalhadora em prol dos interesses da classe dominante. Nesse contexto, temos uma ofensiva de segmentos conservadores onde religião, política e crenças individuais invadiram a esfera pública impulsionando uma onda de ataques aos processos democráticos e a dignidade humana.

No campo da educação, os ataques atingem desde a educação básica ao Ensino Superior. As instituições estão sendo sucateadas e as políticas institucionais cada vez mais

fragilizadas. Desde o governo de Michel Temer (2016-2018), pós golpe de Dilma Rousseff, movimentos como Movimento Brasil Livre –MBL e Escola Sem Partido, perseguem práticas culturais e científicas, vendendo a falsa ideia de uma educação neutra e sem ideologia, quando na verdade alimentam uma educação com fins bem específicos e alinhados aos interesses neoliberais.

Após o golpe jurídico-parlamentar sofrido pela presidente Dilma Rousseff no ano de 2016, o campo educacional passou a ser palco de disputas de narrativas, de discursos eleitoreiros e de cortes de verbas em todas as suas instâncias, o que impôs à educação e seus sujeitos muitos desafios quanto aos caminhos a serem seguidos e aos desdobramentos que as políticas educacionais poderiam trazer para o país.

Como resultado do aumento dos embates institucionais, a onda conservadora e neoliberal, a partir do discurso de combate a corrupção e em defesa da família, conduziu ao posto mais alto do Poder Executivo, um candidato da extrema-direita. Neste cenário de instabilidade econômica e política, o candidato Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil, em 2018.

Importante salientar que tanto Michel Temer quanto Jair Bolsonaro vêm promovendo o redirecionamento de fundos públicos à iniciativa privada, sucateando e vendendo as instituições estatais e incentivando o direcionamento de verbas aos setores privados criando vínculos e atendendo as demandas do capital financeiro internacional.

Muitos são os setores da sociedade que estão sendo atingidos pelas políticas neoliberais no atual governo. Dentre eles, destacamos a preocupação dos direcionamentos políticos voltados à educação no Brasil e a forma como o campo educacional tem favorecido o agravamento de desigualdades sociais no país. O debate sobre a educação como instituição voltada aos interesses neoliberais não é novo. Desde a década de 1990, a políticas de direcionamento para preocupações em prol do capital tem se intensificado, em especial nos últimos anos em virtude da chegada da extrema-direita ao poder.

A partir de uma pesquisa maior que consiste em um mapeamento sobre os conflitos institucionais advindos das políticas impostas à educação durante os anos de 2019-2022, no governo de Jair Bolsonaro, este artigo problematiza como as desigualdades sociais foram expostas e acentuadas a partir das políticas educacionais implementadas pelos gestores à frente do Ministério da Educação, nesse mesmo período. O objetivo é analisar as ações e as negativas do atual governo na apropriação de recursos da educação para os interesses privatistas e de mercado.

Muitas seriam as possibilidades para discutir a relação entre a educação como instituição do Estado e o agravamento da desigualdade social a partir das políticas educacionais implementadas nos últimos anos, desde a discussão de materiais bibliográfico e documentos, até a própria legislação em si. No entanto, considerando o papel da mídia na divulgação de dados e na naturalização das propostas e das decisões da extrema-direita no país, decidimos por levantar as matérias jornalísticas publicadas sobre as ações do governo para com a educação, no intuito de pensar as articulações entre as decisões no campo educacional e o projeto neoliberal.

Para realizar o embate proposto, foram analisadas 28 matérias on-line publicadas que apresentavam os conflitos de interesse entre o governo e as necessidades educacionais da população. Para realizar o recorte desse artigo, foram escolhidas apenas as matérias cujos

títulos ou chamadas apresentavam termos aproximados: verbas de educação (cortes, gastos e recursos); desigualdade; insegurança alimentar/fome; evasão escolar (risco e retrocesso); público x privado; Ministério da Educação e pandemia. O último item foi o mais difícil para o recorte, pois o período da pesquisa 2019-2022, engloba o período da pandemia provocada pela Covid-19, trazendo um número muito grande de reportagens, o que fez com que buscássemos matérias que correlacionassem a pandemia e as ações e as negativas dos Ministério da Educação.

A utilização de termos ao invés de conceitos ou categorias se dá pela escolha da empiria utilizada, ou seja, materiais de jornais on-line. Compreendemos que a ciência lida com conceitos e categorias, mas uma vez lidando com materiais de jornal, percebemos a necessidade de ampliação de busca através da utilização de termos mais amplos que nos possibilitasse maior discussão para a análise proposta. Segundo Marcone e Lakatos (2021), para que se possa debater e esclarecer o objeto a ser investigado e ter possibilidade de comunicá-lo, de forma não ambígua, é necessário definir e apresentar os termos de forma direta e clara, a fim de indicar o caminho empreendido e o interesse de análise.

Consideramos, nesta pesquisa, realizar um estudo a partir de materiais jornalísticos publicados, pois entendemos que, infelizmente, o conhecimento acadêmico-científico não tem conseguido atingir o público mais amplo, se mantendo limitado aos espaços acadêmicos e nas discussões por pares. As matérias de jornais alcançam um público mais amplo e diversificado, focalizando a divulgação das informações a partir de uma visão de realidade que se quer exprimir.

Os dados e as informações expostos nas matérias jornalísticas são apresentados para que as notícias sejam absorvidas de diferentes formas dependendo do público que terá acesso às informações, ainda que as notícias divulgadas se articulem utilizando certas estratégias e técnicas de difusão e mecanismos de veiculação de fatos e informações que se quer 'vender' ao público, segundo determinados interesses.

Segundo Gomes, Salcedo e Alencar (2009, p. 17), a forma de difundir informações "comporta as espécies 'disseminação científica' (difusão para os pares) e 'divulgação científica' (difusão para o público leigo). Nessa última, subdividida em 'divulgação científica' feita por especialistas e por não-especialistas, estaria localizado o 'jornalismo". Ainda na análise dos autores, as informações apresentadas ao público leigo, a partir de materiais jornalísticos, ocupam um lugar de destaque no processo de divulgação e disseminação de informações. Nesse sentido, optamos pela utilização de materiais publicados em jornais on-line pela facilidade de busca e de acesso as informações, mas também, porque compreendemos que a comunicação de fatos científicos, dados da realidade e informações sobre as condições econômico-político-sociais do país precisam chegar, de alguma forma, à população.

Após o levantamento das matérias jornalísticas on-line e do recorte realizado, tanto temporal, trazendo apenas as matérias publicadas entre janeiro de 2019, com o início do governo Bolsonaro no Brasil, e outubro de 2022, mês das eleições presidenciais no país, quanto em relação às temáticas publicadas, apresentando apenas os termos de interesse para pensar a relação entre as políticas impostas à educação e o agravamento da desigualdade social, fizemos uma revisão sistemática do material recolhido, com base nos dados pertinentes ao tema, dentro de uma sequência temporal de informações.

A partir das contribuições de Galvão e Ricarte (2020), apresentamos a revisão sistemática aqui realizada como uma modalidade de pesquisa que busca entender e dar alguma logicidade ao material analisado, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto, apresentando as bases de dados que foram consultadas, o processo de seleção do material e os pontos de destaque de cada artigo a partir do problema abordado. No caso deste artigo, buscamos identificar e apresentar alguns apontamentos sobre a relação entre as políticas educacionais no governo Bolsonaro e o agravamento da desigualdade social.

É necessário pensar a educação no contexto neoliberal para compreendermos seu papel e suas funcionalidades na sociedade atual. Esse debate não é novo, mas se faz fundamental, uma vez que imergimos em um estado de conservadorismo da extrema-direita que vem precarizando a vida e os direitos da população. Como já afirmava Cardoso (1978), qualquer que seja o discurso, “a opção conservadora leva implícita e exige, a partir dos interesses burgueses internos e externos, uma forma de acumulação capitalista impiedosa, que aprofunda as desigualdades econômicas e reforça os privilégios dos poderosos, nacionais e estrangeiros”. É nesse contexto que a educação vem sendo gerida, a fim de propagar os interesses da classe dominante em um cenário cada vez mais controlado pelo capital e pelo mercado.

Educação como uma questão social

Floresta Fernandes, já em 1966, na obra ‘Educação e sociedade do Brasil’, já apontava as relações entre o sistema educacional e a sociedade, trazendo a questão da ordem social vigente e as interferências na educação. Considerando as relações entre os interesses da sociedade e as políticas impostas à educação ao longo dos anos, é possível compreendermos como o sistema educacional, que poderia e deveria ser um caminho de emancipação e transformações, vem alimentando a desigualdade social no Brasil, e a forma como suas instituições preservam a herança sociocultural imposta das classes dominantes.

Segundo Fernandes (1966), as relações entre educação e a mudança social dependem das funções sociais atribuídas às instituições no meio social circundante e dos indivíduos pertencentes a essas instituições. Cardoso (1990, p. 4), afirma que “os indivíduos produzem em sociedade, os indivíduos não existem senão em sociedade. É próprio da condição humana ser social. O indivíduo não preexiste à sociedade”. Pensando a questão do indivíduo, que é um elemento próprio da construção do sistema capitalista que embute no ser social seus méritos e seus fracassos, eximindo o sistema da culpa pelas fragilidades sociais a partir das condições de classe, é necessário pensarmos as instituições que atravessam a vida dos indivíduos na sociedade. Aqui, o foco volta-se para a problemática da educação como questão social.

A educação como instituição fundamental do sistema capitalista de produção, segundo Mészáros (2005), deveria ser pensada na perspectiva de luta emancipatória, mas acaba por interiorizar condições que legitimam a exploração de classe ao introduzir nos indivíduos uma aceitação passiva de seu lugar e papel na sociedade. Entretanto, como já disse o filósofo grego Aristóteles, o homem é um animal político, e como tal, considerando que vive e produz em sociedade, é atravessado por questões políticas dessa sociedade, assim como a política faz parte das decisões e funcionamento das instituições as quais os

indivíduos percorrem ao longo da vida. Na educação, as interferências, influências e imposições políticas não são diferentes:

A educação tornou-se um “problema social” em todas as sociedades que compartilham da moderna civilização, associada à economia de mercado, ao regime de classes sociais, à ordem social democrática, à ciência e à tecnologia científica. As exigências de uma economia de mercado nos vários setores do ensino são bem conhecidas. [...] Sua pressão sobre as instituições educacionais tem sido, simultaneamente, quantitativa e qualitativa (FERNANDES, 1966, p. 101).

Se na análise de Fernandes (1966), já se apontavam as pressões exercidas sobre o sistema educacional e suas instituições na sociedade do capital, hoje, o contexto neoliberal, em estado avançado, impõe à educação seu modo de funcionamento, principalmente, através das políticas educacionais.

Para Leher (2021) o projeto neoliberal vem interferindo, profundamente, no cotidiano das instituições, o que vem alterando suas funções sociais, uma vez que são geridas com bases em critérios de desempenho e metas, instaurando uma racionalidade acadêmica e administrativa próprias de um contexto mercadológico que deixa de lado o papel solidário às questões sociais mais abrangentes.

Na análise de Tessaro, Costa e Souza (2021), as mudanças provocadas pelas políticas neoliberais estão atreladas ao processo de precarização da educação através de:

[...] mecanismos de regulação de avaliação educacional, projetos de reformas e constantes mudanças na organização de programas de formação e atualização docente. [...] essas mudanças e formas de se tratar as políticas educacionais, a partir do neoliberalismo, estão atreladas à própria reestruturação da economia mundial na perspectiva de hegemonia da sociedade de mercado, tendo como vistas a continuidade da organização de mercados comuns, que tem sido uma das estratégias implementadas pelas políticas neoliberais. A observância desses achados no estudo denota indicadores de como o setor educacional tem sido influenciado pelas ações e políticas de gerenciamento neoliberais, com foco na manutenção e efetivação de um sistema, no qual a qualidade da educação está secundarizada [...] (TESSARO; COSTA; SOUZA, 2021, p. 12).

Pensando os projetos de reformas neoliberais para a educação e o esvaziamento do caráter público das políticas educacionais, podemos compreender os direcionamentos aos interesses privados e o distanciamento das políticas sociais das demandas reais da população. O fato de as políticas educacionais estarem em foco nos debates da sociedade, não significa um interesse em resolver os problemas da educação ou fazê-la um caminho de mudanças sociais no Brasil:

Os processos de mudança são, com frequência, fenômenos de poder, na evolução das sociedades. E o controle da mudança, por sua vez, quase sempre aparece como fenômeno político (ele não diz respeito, somente, ao poder em geral, como poder econômico, social ou cultural, indiretamente político; mas, também, ao poder especificamente político). Se isso é verdadeiro em teoria, a regra aplica-se melhor a tipos de sociedade nas quais a continuidade depende largamente do equilíbrio dinâmico da ordem social, como sucede com a sociedade de classe. [...] Nas condições peculiares da sociedade de classes dependentes e subdesenvolvida, a mudança e o controle da mudança são, com maior razão, fenômenos especificamente políticos. Da mudança e do controle da mudança não depende, apenas, a continuidade do sistema de produção capitalista e da dominação burguesa, mas, em especial, a probabilidade de impedir-se a regressão da dependência propriamente dita [...] (FERNANDES, 2008, p. 55-56).

No contexto neoliberal, as decisões políticas têm pesado nos direcionamentos sociais como um todo. Se em 1988, a Constituição Federal marca um pacto social de proteção e bem-estar assegurando direitos sociais como educação, saúde e segurança, temos através

da Emenda Constitucional Nº 95, de dezembro de 2016, o rompimento desse pacto social através do congelamento de gastos. Essa emenda, além de interromper os projetos que vinham sendo implementados, limitou os investimentos em políticas sociais, deixando grande parte da população brasileira à margem da sociedade:

Art. 106. Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos arts. 107 a 114 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 107. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias (BRASIL, 2016, sem página).

O congelamento de gastos por 20 anos fragilizou a rede de proteção social e abriu caminho para novos projetos e emendas que aumentaram a desigualdade social no país. Mesmo com uma possibilidade de acesso maior às escolas e às universidades através das políticas implementadas pelos governos anteriores, em especial de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, a população passou a sofrer com as políticas que dificultam a permanência dos grupos mais pobres à educação. O campo educacional passou a se configurar como um alvo de inúmeros ataques do governo federal e das políticas educacionais.

Mesmo com acesso à educação, ainda que muito distante do ideal, a garantia de boas condições ao ensino são fundamentais para tentar diminuir o abismo social no país. Mészáros (2005, p. 11) afirma que o simples acesso à educação “não é suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos”.

Para pensarmos sobre as políticas educacionais e sua relação com a desigualdade social, é preciso ter a clareza que não se trata de dar acesso à escola ou à universidade, mas de tratar das políticas educacionais como mecanismos de mudança e não como políticas que “praticam e agravam o *apartheid* social” (MÉSZÁROS, 2005, p. 11-12), reproduzindo uma estrutura de valores que contribuem para perpetuar a lógica capitalista.

O contexto neoliberal impulsionou o enfraquecimento na educação pública e abriu espaço para a terceirização e a privatização através do convênio com grandes grupos empresariais que veem na educação um grande e lucrativo mercado. Já na década de 1990, existiam projetos pró capital para a educação, mas de 2016 para cá, os projetos ganharam força e novas caras.

A reforma conservadora e neoliberal do Governo Temer tornou-se mais intensa no Governo Bolsonaro. Através de uma equipe desastrosa de ministro à frente do Ministério da Educação, o governo sucateou e fragilizou a educação, além de impor um discurso que criminalizava as instituições públicas e os indivíduos dessas instituições, em especial, os servidores públicos.

Na tentativa de apresentar a precarização no campo educacional e os ataques à educação pública, durante o Governo Bolsonaro, vamos pontuar algumas notícias que foram alvo de debates nas mídias sobre o contexto educacional nos anos de 2019-2022 (em curso), a fim de problematizar como as desigualdades sociais foram expostas e acentuadas a partir das políticas educacionais implementadas pelos gestores à frente do Ministério da Educação com o aval do governo federal.

O Governo Bolsonaro e o ataque a educação: matérias de divulgação *on-line*

Dentre as muitas possibilidades de tratar sobre os atravessamentos políticos no campo da educação e sua relação com a manutenção dos *status* sociais no Brasil, optamos por trabalhar, empiricamente, com base em matérias de jornais *on-line* em virtude da facilidade de busca para a pesquisa, uma vez que ela se deu, em grande parte no período da pandemia da Covid-19. Além disso, a opção pela notícia jornalística também se deu pelo amplo alcance que elas assumem no cenário atual, seja no próprio canal da notícia ou através de divulgação em redes.

Atualmente, vivemos com um grande volume de informações disponíveis e rapidamente compartilhadas, mas nos deparamos com uma grande incapacidade de interpretar alguns fenômenos sociais em virtude da forma como as informações chegam ao público mais amplo. Como afirma Mészáros (2005), existe uma diferença entre acumulação de conhecimentos e informações e a compreensão do mundo que nos cerca.

Nesse sentido, procuramos pensar sobre uma possível relação entre a educação e a desigualdade social no atual governo brasileiro, através das notícias disponíveis para a população, a fim de debater as ações e as negativas do governo federal para dar conta dos processos educacionais mais amplos. A partir do levantamento inicial de matérias *on-line*, nos debruçamos em 28 artigos jornalísticos para o debate proposto.

Apresentada como uma das prioridades do Governo Bolsonaro tanto na eleição de 2018 quanto no projeto de reeleição de 2022, a educação vem amargando fortes cortes de verbas:

Nos seis primeiros meses de governo de Jair Bolsonaro, poucos ministérios despertaram tanta polêmica e debate quanto o da Educação. Citada pelo presidente como área que seria prioritária em sua gestão, a educação manteve-se sob os holofotes do país inteiro nos primeiros seis meses do governo: foi alvo de um corte bilionário de gastos públicos, o que motivou alguns dos maiores protestos populares de rua registrados neste primeiro semestre. (BNCC, 2019, sem página).

Três das principais promessas do presidente Jair Bolsonaro no plano de governo apresentado nas eleições de 2018 não saíram do papel. Na lista, estão mais aulas de português, matemática e ciências; prioridade para educação fundamental, ensino médio e técnico; e o fim de uma suposta "doutrinação" nos colégios, elencada como prioridade, embora fosse negada por profissionais e especialistas da educação. (ALFANO, 2022a, sem página).

Era inevitável que, para equilibrar as contas, precisasse promover cortes no Orçamento. A questão é a natureza dos cortes. Mais uma vez, na hora de conter despesas, o governo avança sem constrangimento sobre setores essenciais, como educação, comprovando a falta de comprometimento com a melhoria do ensino — prioridade máxima para o desenvolvimento.

Diante da grita generalizada das universidades públicas e dos danos previsíveis à campanha do presidente Jair Bolsonaro à reeleição, o ministro da Educação, Victor Godoy, publicou ontem um vídeo informando o desbloqueio dos recursos de universidades, institutos federais e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). (O GLOBO, Editorial, 2022b, sem página).

O ministro da Educação, Victor Godoy, publicou nesta sexta-feira um vídeo afirmando que as universidades, institutos federais e a Capes terão recursos desbloqueados. Na última sexta-feira, o ministério da Economia havia determinado que o Ministério da Educação estaria impedido de gastar R\$ 2,4 bilhões, com a promessa de que o valor voltará a ser liberado em dezembro. [...] Desse total, R\$

328 milhões saíria das universidades federais e outros R\$ 147 milhões dos institutos federais. O anúncio gerou uma reação imediata de estudantes. (ALFANO e FERREIRA, 2022, sem página).

O governo federal propôs para 2023 um corte de R\$ 1,096 bilhão no programa "Educação básica de qualidade" em comparação com o projeto de lei orçamentária anual deste ano. Os dados estão no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) enviado pelo Executivo ao Congresso na quarta-feira. Enquanto a proposta para orçamento do Ministério da Educação (MEC) para 2022 previa R\$ 10,849 bilhões para o programa, a proposta para o próximo ano indicou R\$ 9,753 bilhões para ele. [...] Além do programa de educação básica, também houve proposta de corte de R\$ 594,5 milhões no programa de educação superior, que atende universidades públicas. O valor passou de R\$ 10,9 bilhões para R\$ 10,3 bilhões.

Neste ano, cerca de R\$ 400 milhões destinados a universidades foram cortados. Em junho, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) alertou para o arrocho no orçamento das instituições federais. No início deste mês, O GLOBO mostrou que pelo menos 17 universidades federais corriam risco de parar até o fim do ano devido a bloqueios orçamentários feitos pelo governo (FERREIRA, 2022, sem página).

Além dos cortes orçamentários destinados à educação básica e ao Ensino Superior, as creches também sofreram embates das políticas de governo em prol de aproximações privatistas:

A proposta do novo programa social do governo, o Auxílio Brasil, enviada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), retira recursos destinados às prefeituras para a educação de crianças carentes. O mesmo projeto estabelece o pagamento de voucher diretamente para creches privadas.

O governo derrubou um dos pilares do Brasil Carinhoso, programa social criado em 2012 para garantir o acesso e a permanência de crianças na educação infantil. [...] O voucher será pago diretamente às creches habilitadas e poderá ser usado por beneficiários do Auxílio Brasil com filhos de até quatro anos (RESENDE; CARAM, 2021, sem página).

Apesar de uma queda no número de crianças matriculadas em creches públicas, o governo Jair Bolsonaro (PL) apresentou o Orçamento de 2023 prevendo um corte de 97,5% nos recursos destinados para a construção de colégios para crianças de faixa etária mais nova, entre 0 e 3 anos. A proposta orçamentária de 2023 prevê apenas R\$ 2,5 milhões para "implantação de escolas para educação infantil". Essa ação é a rubrica do orçamento federal destinada para a construção de novas creches. De acordo com o projeto enviado pelo próprio governo, o dinheiro reservado só é suficiente para construir cinco novas creches (VENTURA, 2022, sem página).

Mesmo esperando que os ataques a educação fossem uma tônica do Governo Bolsonaro em virtude dos discursos ideológicos e das alianças conservadoras e de cunho religioso durante sua campanha eleitoral, não podemos desconsiderar que a pandemia provocada pela Covid-19 aprofundou problemas já existentes no campo da educação, uma vez que deixou mais visível o abismo existente entre o público e o privado, onde o enfraquecimento da educação pública foi paralelo ao crescimento e incentivo no sistema privado. Para Gramsci (1989) a distinção pública e privada é uma distinção intrínseca ao direito burguês e válida, onde o direito burguês exerce seu poder. Nesse sentido, a educação se concretiza de formas distintas, para diferentes tipos de indivíduos, ou seja, quem detém o poder econômico tem direitos diferentes daquele que não detém o capital.

Durante a pandemia, as negativas das políticas educacionais para garantir o acesso à educação e à permanência nas instituições educacionais aumentaram e agravaram ainda mais a desigualdade social no país. Questões como a distribuição das merendas escolares e verbas destinadas à alimentação nas universidades, passaram a fazer parte das publicações jornalísticas no país, alertando para o aumento da insegurança alimentar de

muitas crianças e famílias, bem como a relação com a evasão escolar em virtude das necessidades de reorganização familiar para colocar comida em casa:

O Brasil registrou um aumento no número de crianças e adolescentes fora da escola neste ano: 244 mil meninos e meninas de 6 a 14 anos não estavam matriculados no segundo trimestre – uma alta de 171,1% em relação ao mesmo período de 2019. Esses são os primeiros dados sobre os efeitos da pandemia na Educação brasileira e mostram que, além de dificuldades de garantir aprendizagem durante o ensino remoto, o Brasil também enfrenta problemas em dar acesso à educação.

[...] mesmo com a reabertura das escolas, gestores locais sentem dificuldades em trazer todos para a sala de aula. Até a mobilização para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ficou prejudicada pela pressão externa para que os jovens ajudem a colocar comida em casa – o número de inscritos este ano caiu quase pela metade (MARQUES, 2021, sem página).

Ao sair com sua bicicleta para fazer entregas de comida a serviço de um aplicativo, a universitária Franciele Rodrigues, 29 anos, "reza" para receber algum pagamento em dinheiro — e, com isso, ter ela mesma alguma quantia em mãos para garantir sua alimentação para os próximos dias. [...] "Quando saí da casa dos meus pais e entrei na universidade, foi a primeira vez que precisei racionar comida para ter por mais tempo e diminuir a qualidade da minha dieta para ter o que comer no dia seguinte", contou Franciele por telefone à BBC News Brasil, dizendo já ter passado alguns dias sem comer nada nessa trajetória, além de ter tido anemia. (ALVIM, 2021, sem página).

Carlos Daniel Borges Santos, de 21 anos, precisa escolher entre almoçar ou jantar. Aluno da Universidade Federal de Viçosa (UFV), o jovem não conseguiu acessar nenhum auxílio educacional e sobrevive na cidade mineira de pequenos bicos e frilas. Sem renda fixa, mesmo o valor de R\$ 5,40 no restaurante universitário (RU) é alto demais para ele fazer todas as refeições no dia. [...] Apertadas pela redução do orçamento destinado ao ensino superior federal e pelo aumento do preço dos alimentos, muitas universidades federais vêm tendo problemas neste ano para garantir a alimentação de qualidade para todos os estudantes — aspecto fundamental para a retenção de universitários mais pobres nas salas de aula.

Dados do Sistema Integrado de Operações (Siop) mostram que o orçamento empenhado em 2021 para Assistência ao Estudante de Ensino Superior — de onde sai o recurso para as bandejeões — foi de R\$ 888 milhões, o menor da década. Para 2022, está previsto R\$ 1,03 bilhão, que, se não for mais cortado ou bloqueado, será o segundo menor dos últimos dez anos (ALFANO, 2022b, sem página).

O governo pode até alegar que o agravamento da fome no país requer medidas que levam tempo para produzir efeitos. Mas não há outra explicação, a não ser a inépcia, para a redução e corte na merenda escolar, que atende 47 milhões de estudantes diariamente. Com a falta de recursos, a fome começa a entrar na rede pública de ensino.

A causa do descalabro está no congelamento, já há cinco anos, da verba que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do MEC, transfere às escolas. Ela é calculada entre R\$ 0,32 e R\$ 2 diários por aluno, a depender da escola (se oferece apenas ensino fundamental ou se cobre todo o ciclo básico). (O GLOBO, Editorial, 2022a, sem página).

Os dados mais preocupantes entre os já mensurados ocorreram em indicadores de acesso que estavam em trajetória de melhoria contínua em anos recentes. A proporção de crianças de 6 a 14 anos matriculadas ou que já concluíram o ensino fundamental, por exemplo, caiu de 98% para 95,9% de 2020 a 2021. Foi um retrocesso de dez anos, considerando que em 2011 estava em 96,1%. Em números absolutos, são cerca de um milhão de crianças fora da escola (o dobro de 2020) numa etapa em que o único indicador aceitável seria 100% (GÓIS, 2022, sem página).

Além dos problemas apresentados acima, a própria implementação de aulas e conteúdos *on-line*, também se somam ao agravamento da desigualdade social. Segundo Previtali e Fagiani (2021), as reformas promovidas pelo Estado, sob a chamada Nova Gestão Pública (NGP), enfatizam as privatizações, as parcerias público-privadas e as terceirizações

de serviços públicos, colocando a educação como um espaço de negócios da iniciativa privada. Nesse contexto de mercantilizar a educação, a pandemia do Covid-19 aprofundou os projetos neoliberais, deixando explícito os interesses de mercado para a educação no país. O Governo Bolsonaro impôs aos brasileiros mais vulneráveis uma política de desproteção e desamparo.

A educação e os processos educacionais não estão alheios ao cenário de descaso governamental e abandono institucional. A pandemia da Covid-19 deixou evidente quem seriam os mais prejudicados. Durante a pandemia, e respaldado no discurso da difusão das tecnologias digitais e apoio e incentivo à iniciativa privada, o Ministério da Educação (MEC) autorizou, em 18 de março de 2020, a adoção do ensino remoto e do teletrabalho docente em substituição às aulas e atividades presenciais (PREVITALI e FAGIANI, 2021). Com a promoção de aulas *on-line* e a falta de preparo para lidar com as necessidades mais básicas da população brasileira, o governo deixa explícita a desigualdade social no país:

A estratégia adotada, no entanto, escancara a desigualdade e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e professores de colégios públicos – acesso limitado à internet, falta de computadores e de espaço em casa, problemas sociais, sobrecarga de trabalho docente e baixa escolaridade dos familiares (TENENTE, 2020, sem página).

[...] Aumento do fosso social. Em Palmas as aulas presenciais foram suspensas em março de 2020. Os alunos da rede municipal passaram um ano e quatro meses apenas com ensino totalmente remoto, por meio de uma plataforma online e com entrega de materiais impressos para quem não tinha acesso à internet.

O formato híbrido – com as turmas divididas entre o presencial e online – foi adiado duas vezes até ser implantado em agosto deste ano. As aulas 100% presenciais só foram retomadas no início de outubro.

O doutor em educação Damião Rocha conta que um dos principais prejuízos causados pela pandemia foi justamente a redução no tempo de aula. Se algumas crianças chegavam a ter sete horas de aula por dia – no caso das escolas em tempo integral –, durante a pandemia esse período não chegou a três horas. Outro grande questionamento é como o conteúdo chegou aos alunos (NASCIMENTO; QUEIROZ; REIS, 2021).

O menino de 13 anos que vende manga em uma feirinha do Rio de Janeiro tem a mesma idade da filha de Vanessa Cavalieri e, até alguns meses atrás, estavam no mesmo ano escolar. Mas a menina acompanha aulas *on-line* em casa, enquanto a educação do menino foi interrompida pela pandemia de coronavírus, que expôs e exacerbou as profundas desigualdades do sistema educacional brasileiro...

"Desde que começou a quarentena, em 16/3, ele não tem aulas. Às vezes, recebe apostila da escola por WhatsApp. Ele trabalha na feira com o pai em três bairros diferentes", escreveu Cavalieri, juíza de um tribunal de menores [...]. "Minha filha mais velha, Valentina, também tem 13 anos e também está no 7º ano. Enquanto eu compro mangas e morangos na feira para ela comer, enquanto Gustavo trabalha em três feiras diferentes em vez de estar na escola, a Valentina está tendo aulas *on-line* de português, inglês, ciências, matemática", acrescentou. "O abismo da desigualdade entre alunos de escolas públicas e privadas, que já é atroz, só irá se agravar ainda mais", alertou magistrada (UOL, 2020, sem página).

Muitos foram os embates acerca da adoção do ensino remoto, pois se de um lado os professores e os sindicatos viam graves consequências para o ensino, ainda mais no ensino público, por outro, a proposta foi amplamente defendida pelas empresas educacionais, como o Grupo Lemann. Para Leher (2020), as empresas voltadas para o mercado

educacional tiveram grandes lucros com a adesão e a venda de plataformas e conteúdo para todos os segmentos ligados à educação, acompanhando um projeto político maior cujo objetivo é a mercantilização da educação, onde a verba pública escoou para os bolsos das grandes empresas, deixando a míngua um cenário já precarizado nas escolas e nas universidades. Uma das grandes preocupações era a possibilidade de acesso das classes mais pobres ao ensino remoto e os cortes orçamentários:

Com menos recursos, as condições de infraestrutura das escolas passam a ser negligenciadas. Segundo o INEP (2020), o acesso à internet banda larga não chegava a 15 mil escolas urbanas em 2019, sendo que em 2020 este número aumentou para 17,2 mil. [...] Esses fatores têm levado à diversas manifestações de sindicatos dos profissionais da educação sobre a necessidade de o poder público garantir a educação escolar pública com padrão de qualidade universal, conforme a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Base (LDB), seja ela presencial ou remota. Ao mesmo tempo, as ações sindicais oferecem resistência à precarização da educação pública, denunciando as ações governamentais como estratégias políticas com vistas à tornar a Educação Básica meio de acumulação do capital (PREVITALI; FAGIANI, 2021, p.504).

A situação de desigualdade estrutural e social vivida pelas camadas mais vulneráveis se aprofundou no contexto da pandemia da Covid-19. O governo federal, além do descaso generalizado com as condições de saúde e humanitárias durante a pandemia, não promoveu ações concretas de prioridade para os segmentos mais pobres da sociedade. "Importa frisar que a adoção dessa modalidade de ensino ocorreu num contexto em que 55,9% dos domicílios particulares no país não tinham computadores e, dentre aqueles que possuíam internet, 99,2% o faziam apenas pelo celular" (PREVITALI; FAGIANI, 2021, p.506).

Nesse contexto, as desigualdades sociais foram sendo, rapidamente, aprofundadas. Como se não bastasse a pandemia e a entrega de serviços públicos às grandes empresas, todo esse cenário foi gerido por uma equipe de ministros que intensificaram o desgaste em todo setor educacional, seja através dos cortes de verbas ou dos acordos escusos entre o governo federal e as instituições privadas e religiosas:

Política educacional sem rumo: Durante sua gestão, o presidente Jair Bolsonaro já nomeou cinco ministros da Educação: Ricardo Vélez, Abraham Weintraub, Carlos Decotelli, Milton Ribeiro e recentemente Victor Godoy Veiga. Para especialistas, a falta de continuidade na gestão da área prejudica a condução de programas importantes.

Queda nos recursos: Levantamento do GLOBO mostrou que o país tem gastado menos em educação, da creche à universidade. Somente na educação básica a queda na aplicação de recursos foi de 13%, sobretudo em investimentos. Enquanto o ensino fundamental e médio tiveram R\$ 6,9 bilhões em 2020, este ano devem ficar com R\$ 6 bilhões. Um antigo programa voltado para a educação de jovens e adultos com atrasos ou sem acesso ao ensino, o EJA, sofreu o maior corte: 94%, com verba despendendo de R\$ 76 milhões em 2018 para apenas R\$ 4 milhões este ano. Este ano, o governo federal também já anunciou o bloqueio de R\$ 3 bilhões para educação, provocando reação de instituições federais de ensino. Agora, mudanças nas regras do ICMS, que ainda serão apreciadas pelo Senado, podem tirar até R\$ 21 bilhões da educação (ROCHA, 2022, sem página).

Quando diz que vai cortar verbas de universidades que "promoverem balbúrdia" e não deixa claro ao que se refere, o governo dá a entender que o que considera "balbúrdia" é a produção de conhecimento que não lhe convém, diz o diretor da Faculdade de Direito da USP, Floriano Peixoto de Azevedo Marques. E se o objetivo dos cortes é fazer controle ideológico, diz ele, a medida é "absolutamente inconstitucional". (BBC, 2019, sem página).

O governo Jair Bolsonaro editou uma medida provisória que altera o formato de escolha de reitores de instituições federais de ensino. O texto reduz a autonomia das universidades ao eliminar possibilidade de consulta paritária à comunidade acadêmica.

[...] As federais têm sido alvo de ataques do governo, sobretudo do ministro da Educação, Abraham Weintraub. Para o governo, as instituições são controladas pela esquerda. (SALDAÑA, 2019, sem página).

[...] A vontade de mexer nas bases da educação e nas instituições vem desde sempre durante a administração bolsonarista. O desmonte e a destruição do ensino é, talvez, o principal projeto do governo Bolsonaro. A tentativa do último bloqueio de verbas para as universidades foi só mais um capítulo trágico da educação brasileira nos últimos anos. O recuo desse bloqueio, dias depois, se deu após reações na internet a das entidades educacionais. Na verdade, desde que o governo Bolsonaro assumiu o ministério da educação vimos uma série de ataques ao ensino, tanto no nível do discurso ideológico, quanto no corte de verbas essenciais para manutenção de itens básicos para manter uma instituição funcionando.

Quem não se lembra de Abraham Weintraub, o então ministro da educação, que prometeu cortar as verbas de universidades que promoviam "Balbúrdias"? "Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas". Na época, a declaração gerou reações das entidades educacionais.

O fato é que todo esse discurso fascista sobre a educação acaba servindo, na verdade, como uma espécie de cortina de fumaça para justamente encobrir e pôr em prática este projeto de destruição. Pois enquanto se discute a "balbúrdias" ou "ideologias de gênero", as verbas vão sendo reduzidas e precarizando a educação. (TENÓRIO, 2022, sem página).

A CGU (Controladoria-Geral da União) concluiu que o governo Jair Bolsonaro (PL) ignorou de modo sistemático critérios técnicos na transferência de verbas da educação, potencializando a ocorrência de "acordos escusos".

A atual gestão privilegiou cidades mais ricas em detrimento das mais vulneráveis, que deveriam ter prioridade nos repasses para a área de educação, segundo o órgão.

A área técnica da controladoria ainda indica que o MEC (Ministério da Educação) não cumpre sua função de alocação de recursos alinhada a políticas públicas e deixa de fornecer assistência técnica a prefeituras. O quadro atual distanciou a pasta da sua missão constitucional e potencializou o aumento da desigualdade, de acordo o documento (TEIXEIRA; SALDAÑA, 2022, sem página).

Em uma vitória do governo de Jair Bolsonaro (PL-RJ), o plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (18) o texto-base do projeto de lei que regulamenta o *homeschooling*, ou ensino domiciliar — em português. Foram 264 votos favoráveis, 144 contrários e duas abstenções. O resultado foi dado em meio a gritos e aplausos de famílias que acompanhavam a sessão da tribuna do plenário. [...] O parecer aprovado hoje, de autoria da relatora Luisa Canziani (PSD-PR), autoriza a educação domiciliar durante a educação básica, desde que os pais ou responsáveis sigam algumas regras, entre elas: comprovem escolaridade de nível superior ou tecnológico e apresentem certidões criminais da Justiça Federal e Estadual ou Distrital (VINHAL; BIMBATI, 2022, sem página).

A pulverização de recursos da educação está presente no Governo Bolsonaro, desde o início de seu governo em 2019 até os projetos na tentativa de uma possível reeleição em 2022.

A partir de algumas citações das notícias publicadas ao longo desses quase quatro anos de governo, bem como a apropriação de outros debates também publicados nesse período nos canais de informação abertos, afirmamos o descaso do governo federal com o sistema educacional brasileiro e a negativa de políticas educacionais que pudessem garantir a qualidade de um direito básico da população, que é a educação.

O papel de divulgação das mídias é de suma importância para a disseminação de informações à população, no sentido de ajudar a pensar ou perceber o que vem

acontecendo na sociedade brasileira e com os seus direitos. A democracia comporta conflitos e disputas, mas não é o que acontece no governo Bolsonaro. Os ataques têm enfraquecido e desgastado todas as instituições e a educação foi uma das que mais sofreu nos últimos anos, o que pode custar a dignidade humana e comprometer o futuro de milhões de brasileiros.

Considerações finais

Após mapeamento das notícias *on-line* publicadas e das revisões realizadas, percebemos certa padronização da forma como as notícias são apresentadas. Muitas se apoiam em dados estatísticos, mas sem uma explicação da utilização ou do significado deles para uma maior compreensão por parte da população de maneira geral. Uma outra característica é a utilização de exemplos, alguns com certo apelo emocional, mas que, talvez, consigam divulgar as informações de uma maneira mais didática. Apesar das limitações e dos interesses escusos por detrás de cada notícia publicada e da informação que se quer passar, entendemos que a matéria de divulgação *on-line* é um importante caminho de acesso e divulgação de informação.

Através do levantamento realizado, argumentamos que as políticas educacionais do atual governo se alinham ao projeto neoliberal e se contrapuseram a ciência e aos especialistas da educação, principalmente durante a pandemia da Covid-19. A população mais vulnerável ficou a margem dos processos educacionais e tiveram seu direito à educação fragilizado e até negado em prol de interesses de mercado e de acordos político-institucionais que favoreceram os detentores do capital e o setor mais conservador da extrema-direita.

Concordamos com Leher (2020; 2021), quando ele afirma que o ensino remoto, os cortes de verbas, os acordos público-privados e a mercantilização da educação em todos os seus níveis aprofundaram as desigualdades educacionais e sociais no Brasil. Compreendemos que o Estado foi orientado pela política neoliberal em suas ações, marcando, não só na educação, mas em todas as instâncias das políticas sociais um processo de mercantilização que favoreceu o setor privado.

Pensando o que deveria promover um Estado Democrático de Direito, que presa pela dignidade humana e oferece proteção e respeito à população, entendemos que a negligência do governo federal nos últimos anos negou direta ou indiretamente os direitos fundamentais e básicos a educação e a saúde ao deixar de assegurar as condições mínimas para suprir as necessidades e as demandas da população brasileira.

Referências

ALFANO, Bruno. Principais promessas do plano de governo de Bolsonaro para Educação ficam só no papel. Governo federal diminuiu gastos na área, inclusive na educação básica, etapa que o presidente defendeu na campanha como prioridade. **O Globo**, 25 de julho de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2022/07/principais->

[promessas-do-plano-de-governo-de-bolsonaro-para-educacao-ficam-so-no-papel.ghtml](#). Acesso em: 20 de out.2022a.

ALFANO, Bruno. Pressionados por aumento da demanda e inflação, restaurantes universitários têm reajustes e acúmulo de problemas. **Extra**, 17 de outubro de 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/pressionados-por-aumento-da-demanda-inflacao-restaurantes-universitarios-tem-reajustes-acumulo-de-problemas-25591270.html>. Acesso em: 20 de out.2022b.

ALFANO, Bruno; FERREIRA, Paula. Após forte reação, ministro da Educação anuncia desbloqueio para universidades, colégios federais e Capes. **O Globo**, 07 de outubro de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2022/10/ministro-da-educacao-anuncia-desbloqueio-de-recursos-de-universidades-colegios-federais-e-capes.ghtml>. Acesso em: 20 de out.2022.

ALVIM, Mariana. Ou ia pra aula ou comia': como insegurança alimentar está prejudicando universitários brasileiros. **BBC News Brasil**, 23 de novembro de 2021. Disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59256787>. Acesso em: 20 de out.2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional N°95** de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 15 de set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de set. 2022.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento no Brasil**: JK-JQ. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Miriam. Limoeiro. Para uma leitura do Método em Karl Marx: anotações sobre a "Introdução" de 1857. **Cadernos do ICHF**. Niterói: UFF, 1990.

EDITORIAL. Contingenciamento nas verbas da merenda trouxe a fome às escolas. **O Globo**, 27 de setembro de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2022/09/contingenciamento-nas-verbas-da-merenda-trouxe-a-fome-as-escolas.ghtml> acesso em: 20 de out.2022.

BOLSONARO PARA REELEIÇÃO. **O Globo**, 01 de setembro de 2022b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/09/governo-corta-mais-de-r-1-bilhao-de-programa-da-educacao-basica-no-orcamento-de-2023.ghtml>. Acesso em: 20 de out.2022.

EDITORIAL. Cortes em educação são inaceitáveis. **O Globo**, 08 de outubro de 2022a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2022/10/cortes-em-educacao-sao-inaceitaveis.ghtml>. Acesso em: 20 de out.2022.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

FERREIRA, Paula. Área aparece como prioridade no plano de governo do presidente Jair Bolsonaro para reeleição. **O Globo**, 01 de setembro de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/09/governo-corta-mais-de-r-1-bilhao-de-programa-da-educacao-basica-no-orcamento-de-2023.ghtml>. Acesso em: 20 de out. 2022.

GALVÃO, Maria Cristina Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.57-73, set.2019/fev. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 16 de mar. 2022.

GÓIS, Antonio. Retrocessos no Plano Nacional de Educação. **O Globo**. 04 de julho de 2022. Disponível em: Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/antonio-gois/post/2022/07/retrocessos-no-plano-nacional-de-educacao.ghtml>. Acesso em: 20 de out.2022.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello; SALCEDO, Diego Andres; ALENCAR, Larissa Barros. O Jornal Nacional e a Ciência. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 20, p. 15-33, janeiro/junho 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/8413>. Acesso em: 12 de out. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

IBGE. **Instituto de Geografia e Estatística**. Cidades. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101705>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.9-29, abr. 2021a. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43851/24600>. Acesso em: 28 de set. 2022.

LEHER, Roberto. Universidades públicas, aulas remotas e os desafios da ameaça neofascista no Brasil. **Carta Maior**.2020. Disponível em:

https://www.adua.org.br/frame2.php?pagina=artigo.php&ID_ARTIGO=349.

Acesso em: 10 out. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARQUES, Julia. Com pandemia, nº de crianças e adolescentes fora da escola aumenta 171%. **O Estado de S. Paulo**, 02 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/numero-de-criancas-fora-da-escola-aumenta-171,70003913887>. Acesso em: 20 de out.2022.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Punir universidade por conhecimento que não convém ao governo é inconstitucional, diz diretor do Direito da USP. **BBC News Brasil**, 02 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48130548>. Acesso em: 20 de out. 2022.

NASCIMENTO, Vilma; QUEIROZ, Letícia; REIS, Patrício. Pandemia faz crescer a evasão escolar e põe em risco o futuro de alunos mais pobres: 'Desigualdades se ampliaram' **G1 Tocantins**, 05 de novembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/11/05/pandemia-faz-crescer-a-evasao-escolar-e-poe-em-risco-o-futuro-de-alunos-mais-pobres-desigualdades-se-ampliaram.ghtml>. Acesso em: 20 de out.2022.

Pandemia revela desigualdades da educação no Brasil. **UOL**, 01 de outubro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/10/01/pandemia-revela-desigualdades-da-educacao-no-brasil.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 de out.2022.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cilson César. A Educação Básica sob a Pandemia COVID-19 no Brasil e a Educação que convém ao capital. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 11, p. p. 499-518, 30 dez. 2021. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/907>. Acesso em: 13 de out. de 2022.

ROCHA, Carla. Saiba quais são os cinco principais retrocessos na educação do país. **O Globo**, 02 de junho de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2022/06/saiba-quais-sao-os-cinco-principais-retrocessos-na-educacao-do-pais.ghtml>. Acesso em: 20 de out.2022.

RESENDE, Thiago; CARAM, Bernardo. Bolsonaro corta verba de prefeituras e cria voucher direto para creches privadas. **Folha de S. Paulo**, 12 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/bolsonaro-corta-verba-de-prefeituras-e-cria-voucher-direto-para-creches-privadas.shtml>. Acesso em: 20 de out.2022.

SALDAÑA, Paulo. Bolsonaro edita medida provisória que muda escolha de reitor e reduz autonomia das federais. **Folha de S. Paulo**, 25 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/bolsonaro-edita-medida-provisoria-sobre-escolha-de-reitor-e-reduz-autonomia-das-federais.shtml>. Acesso em: 20 de out.2022.

TENENTE, Luiza. Sem internet, merenda e lugar para estudar: veja obstáculos do ensino à distância na rede pública durante a pandemia de Covid-19. **G1**, 05 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/05/sem-internet-merenda-e-lugar-para-estudar-veja-obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-covid-19.ghtml>. Acesso em: 20 de out.2022.

TENÓRIO, Jeferson. Balbúrdia e fascismo: como o governo Bolsonaro sucateou a educação. **UOL**, 10 de outubro de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jeferson-tenorio/2022/10/10/balburdia-e-fascismo-como-o-governo-bolsonaro-sucateou-a-educacao.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 de out.2022.

TEIXEIRA, Matheus; SALDAÑA, Paulo. Gestão Bolsonaro ignorou critério técnico e facilitou 'acordos escusos' com verbas de educação, diz CGU. **Folha de S. Paulo**, 20 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/09/gestao-bolsonaro-ignorou-criterio-tecnico-e-facilitou-acordos-escusos-com-verbas-de-educacao-diz-cgu.shtml>. Acesso em: 20 de out. 2022.

TESSARO, Nádia da Silva; COSTA, Maria Luísa Furlan.; SOUZA, Vânia de Fátima Matias de. Neoliberalismo em questão: influências no campo educacional brasileiro e na produção do conhecimento. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 56, p. 1-15, e10727, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10727/8801>. Acesso em: 28 de set. 2022.

VENTURA, Manoel. Orçamento de 2023 proposto por Bolsonaro corta 97,5% dos recursos para novas creches: só há dinheiro para cinco escolas. **O Globo**, 14 de outubro de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/10/orcamento-de-2023-proposto-por-bolsonaro-corta-975percent-dos-recursos-para-novas-creches-so-ha-dinheiro-para-cinco-escolas.ghtml>. Acesso em: 20 de out.2022.

VINHAL, Gabriela; BIBAMTI, Ana. Em vitória do governo Bolsonaro, ensino domiciliar é aprovado na Câmara. **UOL Educação**, 15 de maio de 2022. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/05/18/em-vitoria-do-governo-bolsonaro-ensino-domiciliar-e-aprovado-na-camara.htm>. Acesso: 20 de out.2022.

Submetido em: 30/10/2022

Aprovado em: 30/12/2022



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)